



**WELDER
SHANE**



QUESTÕES – LEI ORGÂNICA E REGIME JURÍDICO DE PORTO NACIONAL

1. A República Federativa do Brasil tem como forma de Estado a democracia ().
2. O município de Porto Nacional é regido exclusivamente pela Lei Orgânica do município ().
3. O município de Porto Nacional é um ente federativo, assim como a união, os estados e o Distrito Federal, pois na Organização do Estado, todos eles possuem união indissolúvel e soberania ().
4. Porto Nacional é ente federativo autônomo e nos termos assegurados pela Constituição Federal ().
5. Os municípios brasileiros, dentre eles Porto Nacional, possuem: autogoverno, autoadministração, auto legislação, auto -organização, além da capacidade tributária, que por exemplo, para este último, legitima a cobrança de IPTU se este for o intuito do chefe do executivo municipal ().
6. O governo municipal de Porto Nacional; segundo o artigo 5º, §2º; é exercido pelo prefeito, vice-prefeito e pela Câmara de Vereadores ().
7. Lei Orgânica é a lei máxima de um município e do Distrito Federal, portanto, deve ser aprovada pelo legislativo competente que outorgará a referida lei ().
8. A Lei Orgânica, assim como a Constituição Estadual devem ter simetria jurídica em relação à Constituição Federal, pois havendo desrespeito normativo por aquelas, tornar-se-ão no todo ou em parte inconstitucionais. Este é o princípio da verticalização das normas ().
9. Vereadores gozam de imunidade material, ou seja, possuem inviolabilidade por suas palavras, votos e opiniões no exercício do mandato e na circunscrição de qualquer município ().
10. Município legisla sobre assuntos locais e de forma suplementar à Constituição Federal e à Constituição Estadual ().
11. *Crime comum* é aquele que não exige qualquer qualidade especial, seja do sujeito ativo ou passivo do crime. O crime de homicídio é comum: pode ser praticado por qualquer pessoa contra qualquer pessoa. Caso o prefeito de Porto Nacional cometa este tipo de crime, da competência da Justiça Comum Estadual, o mesmo será julgado pela Câmara de Vereadores ().
12. Caso o chefe do poder executivo municipal cometa crime comum em detrimento da União julgamento pelo Tribunal Regional Federal ().



**WELDER
SHANE**



13. É uma ação ilícita cometida por um agente político, ou seja, uma infração político-administrativa. Este é o conceito genérico do Crime de Responsabilidade, que uma vez cometido pelo Prefeito de Porto Nacional deverá ser julgado diretamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – TJ ().
14. Preâmbulo em termos linguísticos é a parte inicial de um texto, uma fala e um discurso. Em literatura constitucional é uma breve declaração introdutória que afirma os termos gerais dos propósitos e princípios orientadores fundamentais de uma constituição ou de uma Lei Orgânica. Diante de tamanha veemência jurídica, uma vez desrespeitado o preâmbulo, caberá Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI ().
15. São Símbolos do município de Porto Nacional: Bandeira, Brasão, Hino e as Armas ().
16. A União, os Estados, Distrito Federal e os municípios possuem todos eles os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Porto Nacional, como integrante dos entes federativos, não poderia fugir a esta regra constitucional ().
17. Os poderes executivo e legislativo não podem delegar suas atribuições a outras pessoas jurídicas, característica principal da competência exclusiva ().
18. O governo municipal de Porto Nacional é exercido pela câmara de Vereadores e pelo prefeito, assegurada a participação da iniciativa popular nos termos da lei Orgânica ().
19. Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os munícipes administrados e o devido processo legal, especialmente quanto às exigências de publicidade, da razoabilidade, da eficiência, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivadas se assim optar a administração pública ().
20. Os princípios fundamentais de Porto Nacional são aqueles além dos que estão normatizados na Constituição Federal, são eles:
 - I. independência e autodeterminação Estadual;
 - II. controle do Estado de Direito, pelo cidadão;
 - III. prevalência dos direitos humanos e dos interesses individuais;
 - IV. cooperação pacífica entre as comunidades tocantinenses integradas regional e estadual, e com os demais Municípios brasileiros;
 - V. fundamentar o desenvolvimento municipal nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, preservada a dignidade e a liberdade dos cidadãos, e a solidariedade entre os munícipes.



**WELDER
SHANE**



Diante das afirmativas acima, está correta a seguinte alternativa:

- a) FFFVV
- b) VVFFF
- c) FVFVV
- d) VFVFFV

21. são objetivos fundamentais do Município de Porto Nacional:

- I. promover o bem-estar da comunidade sem quaisquer preconceitos ou formas de discriminação;
- II. garantir o desenvolvimento municipal equilibrado, preservando os valores e a cultura da comunidade;
- III. tutelar, em sua competência, os direitos e as garantias individuais asseguradas aos indivíduos e à coletividade;
- IV. promover o cooperativismo e outras formas de associativismo que busquem os interesses da comunidade e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da área rural municipal;
- V. prestar serviços públicos por métodos que visem a melhor qualidade, maior eficiência e simplicidade, e modicidade das tarifas.

Está correta a seguinte alternativa:

- a) VFFFV
- b) VFFFF
- c) VVVVF
- d) VVVVV

22. São bens que integram o patrimônio de Porto Nacional os que atualmente lhe pertencem e os que vierem a ser-lhe atribuídos, ou forem deles decorrentes, derivados ou acrescidos e os que a lei definir ().

23. O Patrimônio Municipal será catalogado, inventariado, controlado e preservado, sob pena de crime de responsabilidade e ressalvado o direito de regresso da administração pública sobre o servidor relapso, negligente, imprudente, imperito ou que tenha agido sem dolo().

24. O governo de Porto Nacional é de competência privativa do Prefeito, assegurada a participação popular, nos termos da Lei Orgânica ().

25. O poder Legislativo do município é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores como representantes do povo, eleitos e investidos na forma da legislação federal. Sendo assim, cada sessão legislativa terá a duração de 4 anos, compreendendo cada ano uma legislatura ().



**WELDER
SHANE**



26. A Câmara Municipal de Porto Nacional possui atualmente 15 vereadores, conforme determinação da Lei Orgânica do município e regimento Interno ().
27. A legislatura de Porto Nacional acontece da seguinte forma: de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro ().
28. No dia 1º de janeiro, do primeiro ano da legislatura, a Câmara reunir-se-á, da mesma forma, em sessões preparatórias para a posse dos seus membros, para o compromisso e a posse também do prefeito e vice-prefeito, assim como para a eleição de sua Mesa ().
29. O início das atividades legislativas é de extrema importância para o município. Tanta verdade, que se o retorno do recesso dos parlamentares cair em um sábado, domingo ou feriado não haverá problemas e as atividades ocorrerão normalmente ().
30. A sessão legislativa finaliza seu ciclo anual no dia 15 de dezembro de cada ano, independente da deliberação do projeto de lei orçamentária e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias ().
31. A regra é a realização das sessões ordinárias, porém nada impede que em casos de urgência ou interesse público relevante ocorram sessões extraordinária. Para tanto a convocação extraordinária da Câmara ocorrerá por ofício e tem como legitimados o prefeito, o presidente da Câmara e pela maioria dos membros da Câmara ().
32. Um surto de epidemia surgiu na cidade de Porto Nacional e a situação foi considerada de extrema relevância e urgência para a saúde dos munícipes. Diante da situação, a maioria dos membros da Câmara requisitou à Mesa uma sessão extraordinária para deliberar sobre a referida matéria a qual foi objeto de convocação dos parlamentares. A sessão Extraordinária ocorria normalmente e por já estarem reunidos aproveitaram a oportunidade para votar sobre o projeto da pasta de Educação que estava aguardando votação há dias. Diante da situação hipotética a Mesa agiu corretamente ().
33. A Câmara Municipal funcionará em sessões públicas, só podendo ser instalada com no mínimo de 1/3 dos vereadores presentes. No momento da votação todos os votos serão abertos e públicos ().
34. As sessões solenes da Câmara não podem ocorrer fora do seu prédio. Em caso de impedimento do mesmo, a sessão ordinária marcada para aquela data será transferida para o primeiro dia útil após o impedimento que impossibilitou as atividades parlamentares ().
35. O vereador que não tomar posse na sessão solene, tem até 30 dias de prazo, prorrogável por igual período, para regularizar a situação, salvo motivos justos aceitos pela Câmara, por maioria absoluta, sob pena de perda do mandato.



**WELDER
SHANE**



36. No ato da posse os vereadores deverão apresentar declaração de seus bens ().
37. Após a posse, imediatamente os vereadores se reunirão sob a presidência do mais votado entre os presentes e elegerão os componentes da Mesa para conduzir os trabalhos da Câmara durante a primeira sessão legislativa ().
38. A composição da Mesa da Câmara de Vereadores será realizada pelo presidente e vice-presidente ().
39. O mandato da Mesa será de 2 anos, vedada a recondução ao mesmo cargo nas duas últimas sessões legislativas ().
40. A Câmara terá Comissões Permanentes e Especiais. Em relação à última é possível criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. Sua criação depende de requerimento de pelo menos 1/3 dos membros da Câmara Municipal ().
41. Um auxiliar do prefeito poderá ser convocado pela Câmara para prestar esclarecimentos sobre assunto de sua responsabilidade ou gestão. Porém sua liberação está condicionada à liberação do chefe do poder Executivo municipal, pois dentro da hierarquia administrativa deve seu auxiliar possuir liberação formal de seu superior para tal convocação. O não comparecimento importará em crime de responsabilidade ().
42. O Prefeito de Porto Nacional em um momento de andança pelo município passou pela porta da Câmara Municipal e decidiu entrar, pois ouviu naquele exato momento os vereadores discutindo sobre matéria de seu total conhecimento. No Plenário pediu a palavra para esclarecer dúvidas que tinham sido levantadas pelos parlamentares, todavia o Presidente da Mesa não autorizou sua oratória alegando que ele não tem o direito da palavra naquela Casa do Povo. A atitude do Presidente da Mesa está de acordo com a Lei Orgânica ().
43. Compete privativamente à Mesa indicar ao Plenário uma lista tríplice com os nomes do futuro Procurador da Câmara para votação ().
44. A lei Orgânica do município de Porto Nacional pode ser emendada mediante proposta, inclusive da iniciativa popular, que não poderá ser menor do que 5% da população do município ().
45. Prefeito e 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara de Vereadores de Porto nacional são legitimados a propor emenda à Lei Orgânica daquele município ().
46. De acordo com o ordenamento jurídico da Lei Orgânica de Porto Nacional, não há problemas em realizar emendas a mesma, basta preencher os requisitos determinados pela



**WELDER
SHANE**



- lei maior do município. Todavia, tal ação não será possível em caso de intervenção estadual no município, estado de defesa ou estado de sítio ().
47. Para emendar a Lei Orgânica é necessário preencher os seguintes requisitos: ser votada em dois turnos, interstício mínimo de 10 dias e considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara Municipal ().
 48. A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo prefeito do município ou pelo vice prefeito na ausência daquele ().
 49. Não poderá ser impedida nem dificultada a tramitação de proposta ou de projeto oriundo da iniciativa popular ().
 50. A matéria constante de emenda rejeitada poderá, em regra, ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa ().
 51. Prefeito e vice-prefeito tomam posse na Câmara Municipal e prestarão o compromisso de atender a Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica ().
 52. No impedimento do prefeito e do vice-prefeito ou se esses cargos ficarem vagos (vacância), os vereadores se reunirão em sessão extraordinária para eleição indireta do novo prefeito ();
 53. o prefeito e o vice não poderão se ausentar de porto nacional por mais de 15 dias, sem autorização da Câmara Municipal ();
 54. O estatutário é O agente público é regido por um estatuto, alcança os Servidores Públicos da administração direta, indireta (autarquias e fundações de direito público) e dos poderes executivo e legislativo e são obrigatoriamente concursados ().
 55. Os celetistas é aquele funcionário contratado com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O regime trabalhista é adotado por sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de Direito Privado instituídas pelo Poder Público, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras ().
 56. O servidor temporário não possui cargo público nem emprego público, desempenham apenas função pública. O mesmo é regido pelo estatuto dos servidores de Porto Nacional, conforme determina a Lei Orgânica ().
 57. Quando, para o cargo público, é requerida do seu ocupante prévia aprovação em concurso público, e se garante a esta estabilidade após 3 anos de efetivo exercício, diz-se que se trata de cargo efetivo, portanto celetista ().



**WELDER
SHANE**



58. Cargo em comissão é vínculo de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor público comissionado. A investidura no município de Porto Nacional se dá por livre nomeação e livre exoneração pela autoridade competente, não depende de concurso público. As atribuições possíveis são de chefia, direção e assessoramento – todavia, o cargo este cargo não pode ser ocupado pelo servidor de cargo efetivo ().
59. Função De Confiança é a atribuição relacionadas à direção, chefia e assessoramento, que devem ser ocupadas exclusivamente por servidores de cargo efetivo. Para ocupar função de confiança é necessário já ser servidor efetivo. O concurso público é para ser servidor efetivo, mas a escolha pela função de confiança é livre pela autoridade que escolherá entre os efetivos quem irá exercer a função. Sendo assim não se fala em livre nomeação ou livre exoneração e sim livre designação e livre dispensa ().
60. Para a lei 1.435/94 – O Regime jurídico Único dos Servidores de Porto Nacional, considera a carreira como o agrupamento de classes de mesma profissão ou atividade. A carreira acontece, quando o servidor passa de uma classe para outra classe de nível mais elevado. Este é o conceito de carreira ();
61. o agrupamento de cargos de uma mesma profissão, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos, constituindo os degraus da carreira é o conceito de classe ();
62. É forma de provimento originário, inicial, autônomo, e acontece tanto para cargos efetivos como para cargos em comissão. o servidor está assumindo o cargo sem nenhum vínculo efetivo anterior com o cargo em questão. A investidura ocorre com a posse ().
63. Reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica ().
64. Aproveitamento é o retorno ao serviço ativo do Servidor que se encontrava em disponibilidade e foi aproveitado – deve realizar-se em cargo semelhante àquele anteriormente ocupado. A Administração deve realizar o aproveitamento de forma prioritária, antes mesmo de realizar concurso para aquele cargo ().
65. Reintegração é o retorno ao Serviço Ativo do Servidor estável que fora demitido, quando a demissão for anulada administrativamente ou judicialmente, voltando para o mesmo cargo que ocupava anteriormente. Dá-se com o ressarcimento de todas as vantagens que o servidor deixou de receber durante o período em que esteve afastado ().



**WELDER
SHANE**



66. Transferência é a ascensão o indivíduo que já é servidor público e posteriormente a Administração Pública reloca para uma carreira superior ().
67. Relotação é o deslocamento do servidor, a pedido do servidor ou de ofício por interesse da administração, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede (município). A remoção ocorre sempre dentro de um mesmo quadro, sendo assim, jamais haverá remoção de servidor federal para um órgão estadual ou distrital ().
68. São Formas de Provimento e vacância a transposição, transferência, readaptação e Relotação ().
69. De acordo com as diretrizes do concurso público do Regime Jurídico de Porto Nacional, terá preferência para nomeação, em caso de empate na classificação, o candidato já pertencente ao serviço público estadual e havendo mais candidatos com este requisito, o mais novo de idade ();
70. A posse deverá verificar-se no prazo de 20 dias, contados do dia da publicação do ato de provimento. Havendo motivo justificado esse prazo poderá ser prorrogado por mais 20 dias ().